

Projeto: “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – RIBEIRO, Leonardo Jensen. A estruturação das políticas públicas de acolhimento familiar no município de Santo Ângelo no período 2015-2018: uma abordagem interdisciplinar. 2018. 157p. Dissertação (Mestre em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2018.

2) Orientador – CUSTÓDIO, André Viana.

3) Resumo – A dissertação analisa a estruturação das políticas públicas de acolhimento familiar, tendo como referência exemplo o município de Santo Ângelo. Nele abordam-se os direitos das crianças e adolescentes, no marco da teoria da proteção integral, o direito à convivência familiar e comunitária, a prioridade absoluta para crianças e adolescentes, e as espécies de colocação em família substituta. Também se verificam a estruturação das políticas públicas de acolhimento institucional em suas diversas possibilidades, vislumbrando brevemente a figura do apadrinhamento afetivo, que aos tipos de acolhimento pode servir de apêndice. Especificamente se verificam as legislações, municipal de Santo Ângelo e estadual do Rio Grande do Sul, o Sistema Único de Assistência Social, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e a realidade das crianças e adolescentes do município de Santo Ângelo, que faz justificar a necessidade dos serviços de acolhimento. A dissertação teve como problema de pesquisa verificar quais as estratégias e como se desenvolveu a política pública de acolhimento familiar em Santo Ângelo pena análise da legislação elaborada no município. Como hipótese que o acolhimento familiar atende o disposto na legislação, garantindo a proteção integral de crianças e adolescentes enquanto acolhidos com famílias substitutas. O objetivo geral de estudar as políticas públicas de acolhimento familiar no município se coaduna com os objetivos específicos de sistematizar os fundamentos jurídicos dos direitos à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, considerando a regulamentação jurídica, bem como de analisar as políticas públicas de acolhimento no contexto das estratégias de estruturação do Sistema Único de Assistência Social e a específica aplicação do Programa Família Acolhedora no município de Santo Ângelo e sua recepção legislativa, inicialmente municipal e posteriormente estadual. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado o método de abordagem dialético, que estuda de maneira interdisciplinar, os fenômenos políticos, sociais, culturais e econômicos do município e das formas de acolhimento. O método de procedimento é monográfico, com técnicas de pesquisa indireta por meio do uso de ferramentas bibliográfica e documental. A dissertação está vinculada à linha de Políticas Públicas de Inclusão Social do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e a linha específica de estudo dos Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e Jovens.

Conclui-se que foram verificadas as estratégias de articulação intersetorial, a obediência ao comando legislativo e que, embora os fatores diversos da vida possam direcionar as crianças e adolescentes para situações de violação de direitos, o serviço de acolhimento familiar, denominado Programa Família Acolhedora, agora de abrangência estadual, é maneira efetiva de sanar, ainda que temporariamente, as violações de direitos, até que sejam sanados os motivos que levaram a colocação em família substituta ou se verifique a necessidade de colocação em família substituta. Há sim, no acolhimento familiar, a verificação e a preocupação com o marco da teoria da proteção integral, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o Direito Socioassistencial e com o Direito da Criança e do Adolescente em geral, bem como com as pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que são as crianças e adolescentes, objetivo e fim específico deste trabalho.

4) Palavras-Chave - acolhimento; adolescente; criança; convivência familiar; direito; Santo Ângelo.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.